|  |  |
| --- | --- |
| Brasão**SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E ABASTECIMENTO (SMMA)** | **REQUERIMENTO****REPARAÇÃO DE DANOS/PASSIVOS AMBIENTAIS OU RECOMPOSIÇÃO DE ÁREAS****SOB Nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ DATA: \_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_****\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_****SETOR DE PROTOCOLO** |
| **INFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS E AMBIENTAIS****Este documento é a forma oficial de requerer qualquer pedido relativo à regularização de passivos e danos ambientais, conforme o Inciso VIII do Art. 2º da Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 e o § 1o do Art. 143 do Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008, visando identificar os responsáveis, os fatos básicos que originaram o passivo e/ou o dano, para então proceder com o enquadramento técnico-legal para ser emitido o Formulário de Orientação Básica (FOB) e o Termo de Referência (TR) adequados e compatíveis à situação fática.** |
| ***Recomenda-se que o preenchimento deste formulário seja feito com a orientação técnica de profissional habilitado e ativo junto ao seu conselho de classe, já que o mesmo será necessário para instrução das etapas posteriores do processo.*** |

|  |
| --- |
| **MÓDULO 1: IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL LEGAL PELOS PASSIVOS E/OU DANOS AMBIENTAIS** \*Caso seja mais de um, incluir as linhas necessárias para a inclusão dos dados de todos. |
| **1.1** Nome completo: |
| **1.2** CPF: |
| **1.3** Endereço físico: |
| **1.4** Município: | **1.5** UF: |
| **1.6** Telefone (s): |
| **1.7** Endereço eletrônico (E-mail): |
| **1.8** Caso seja vinculado à pessoa jurídica, indicar:Nome empresarial:CNPJ:\*Apresentar contrato social atualizado em anexo. |
| **IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL (PROCURADOR), CASO HAJA:**\*Caso participe no processo mais de um procurador, incluir as linhas necessárias para a inclusão dos dados de todos.\*Apresentar procuração datada e assinada em anexo. |
| **1.9** Nome completo: |
| **1.10** CPF: |
| **1.11** Endereço físico: |
| **1.12** Telefone (s): |
| **1.13** Endereço Eletrônico (E-mail): |
| **MÓDULO 2: IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO / POSSUIDOR DO IMÓVEL CUJA ÁREA SERÁ OBJETO DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL**\*Caso seja mais de um, incluir as linhas necessárias para a inclusão dos dados de todos. |
| **2.1** O responsável legal pelo passivo é o proprietário/possuidor do Imóvel onde se encontra a área objeto de regularização ambiental?( ) Sim. Passar para o item 3 ( ) Não. Seguir preenchimento dos tópicos 2.2; 2.3; 2.4; 2.5; 2.6; 2.7 e 2.8 indicando os dados do proprietário/possuidor do imóvel. |
| **2.2** Nome completo: |
| **2.3** CPF: |
| **2.4** Endereço físico: |
| **2.5** Município: | 2.6 UF: |
| **2.7** Telefone (s): |
| **2.8** Endereço Eletrônico (E-mail): |
| **MÓDULO 3: QUALIFICAÇÃO DO IMÓVEL ONDE SE LOCALIZA A ÁREA OBJETO DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL** |
| ***( )ÁREA PARTICULAR – Preencher os tópicos 3.1 a 3.7*** |
| **3.1** Se trata de lote urbano devidamente registrado no serviço registral de imóveis (cartório) e que esteja sobre parcelamento de solo aprovado pelo município:( ) não( ) sim. Qual o nº do lote, nº da quadra e nome do Bairro: |
| **3.2** Endereço completo (Rua, nº, Bairro): |
| **3.3** Área total do imóvel (m²): |
| **3.4** Pontos de coordenadas geográficas: Latitude: Longitude: |
| **3.5** Descrição do documento existente que atesta propriedade ou posse: |
| **3.6** Caso haja, dados da matrícula no Cartório de Registro de Imóveis: nº: Livro: Comarca:  |
| **3.7** Imóvel em área urbana ou de expansão urbana, conforme a Lei Complementar Municipal nº 2835, de 18 de julho de 2008, mas categorizado como rural: ( ) Sim( ) Não |
| ***( ) ÁREA PÚBLICA - Preencher os tópicos 3.8 e 3.9*** |
| **3.8** Denominação/descrição: |
| **3.9** Pontos de coordenadas geográficas: Latitude: Longitude: |
| **MÓDULO 4: JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL (MOTIVAÇÃO)** |
| **4.1** ( ) Atendimento a determinação do Ministério Público ou de órgão do judiciário:Nº do Inquérito Civil, do procedimento judicial ou outro processo em andamento: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.OBS: Apresentar cópia da determinação em anexo.Réu (s): \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.**4.1.1** Foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) ou Termo de Compromisso ou outro documento oficial junto ao Ministério Público ou quaisquer outras instituições da justiça?( ) Não( ) Sim. Apresentar cópia em anexo. |
| **4.2** ( ) Atendimento a determinação de agente de fiscalização ambiental:Órgão ambiental fiscalizador: ( ) SMMA ( ) outro. Indicar:Nº do auto de infração ou do documento motivador: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Apresentar cópia em anexo.**4.2.1** Foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) ou Termo de Compromisso ou outro documento oficial junto ao órgão ambiental competente?( ) Não ( ) Sim. Apresentar cópia em anexo. |
| **4.3** ( ) Caso a motivação de abertura do processo de regularização de passivo/dano ambiental ou recomposição florestal não se enquadre no tópico 4.1 ou 4.2 acima, detalhar abaixo a situação que originou a necessidade de apresentar este requerimento à SMMA. |
| **MÓDULO 5: DECLARAÇÕES VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES E DADOS FORNECIDOS** |
| Declaro que as informações e dados fornecidos são verdadeiros. Declaro também que estou ciente que a falsidade na prestação dos dados neste documento constitui crime na forma do Art. 299 do Código Penal (pena de reclusão de 1 a 5 anos e multa), do Art. 82 do Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008 e do Art. 19 da Resolução CONAMA n° 237, de 19 de dezembro de 1997. Declaro ainda ter ciência de que a apresentação deste requerimento com campos ou informações sem preencher, bem como conflitos e contradições em dados ou ainda a não anexação de documentos que se apliquem poderá motivar a invalidação deste documento. Declaro ainda que os e-mails informados são os canais oficiais de contato e comunicação para o órgão ambiental municipal efetivar os trâmites do processo, devendo o responsável legal ou procurador verificar diariamente sua caixa de entrada e spam, e que todas as solicitações oficiais, por parte do requerente, serão protocolizados no setor próprio da Prefeitura. |
| **\*RESPONSÁVEL LEGAL OU PROCURADOR LEGALMENTE INSTITUIDO** |
| **Santa Luzia-MG, \_\_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.** **Local Data** |
| **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_****Assinatura**\*conforme documento de identificação apresentado\*Caso seja mais de um, incluir as linhas necessárias para a inclusão dos nomes e assinaturas de todos. | **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_****Vínculo com o Empreendimento, caso se aplique.** |
|  |  |
| **DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR A SER ANEXADA NESTE REQUERIMENTO**1. Cópia do documento pessoal de identificação do responsável legal pelo passivo e/ou danos e do (s) proprietário (s) do (s) imóvel (is). No caso de pessoa jurídica, conforme o tópico 1.8, apresentar o cartão CNPJ e cópia do contrato social atualizado ou certificado da condição de microempreendedor individual ou outro documento que comprove o ato constitutivo do empreendimento/atividade;
2. Caso se aplique, procuração datada e assinada, acompanhada do documento pessoal de identificação do procurador;
3. Cópia do documento que motivou o preenchimento deste requerimento (Termo de Ajustamento de Conduta ou Termo de Compromisso junto ao Ministério Público, auto de infração, ofício de órgão ambiental ou outro documento), conforme informação prestada no módulo 4.
 |
| **ATENÇÃO**Só será efetivada a análise do requerimento caso este tenha sido preenchido de forma integral e correta, bem como a apresentação dos anexos, caso se apliquem, sob pena de **invalidação** da solicitação e indeferimento do requerimento. Não poderá haver rasuras e nem ser preenchido a lápis. Após a constatação pela SMMA da completude mínima dos dados e informações, o órgão ambiental emitirá comunicação eletrônica (via e-mail) que conterá todas as diretrizes para a formalização do processo administrativo mediante envio do Formulário de Orientação Básica (FOB), bem como do Termo de Referência (TR) para elaboração do estudo ou relatório ambiental pertinente, conforme o caso, além do requerimento para geração do Documento de Arrecadação Municipal (DAM) a ser quitado relativo à taxa de análise do procedimento.**OBS.:** O ÓRGÃO AMBIENTAL PODERÁ SOLICITAR DE FORMA COMPLEMENTAR A APRESENTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS OU INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES PARA O ENVIO DO FOB E DO TERMO DE REFERÊNCIA ADEQUADO, CONFORME AS PECULIARIDADES DA SITUAÇÃO. |
| **ESPAÇO DE USO EXCLUSIVO DA SMMA** |
| **ORIENTAÇÕES TÉCNICAS INTERNAS A SEREM PREFERENCIALMENTE UTILIZADAS PELA SMMA PARA REALIZAÇÃO PELO TÉCNICO DO ENQUADRAMENTO TÉCNICO DO PASSIVO AMBIENTAL A SER REGULARIZADO E PARA DEFINIÇÃO DO TIPO/COMPLEXIDADE DE ESTUDO AMBIENTAL A SER APRESENTADO PELO RESPONSÁVEL *APÓS* A ANÁLISE DESTE REQUERIMENTO:**1. Caso tenha havido supressão ou aterramento de vegetação nativa em área igual ou maior que2.000 m² ou tenham sido suprimidos nº igual ou maior que 50 indivíduos arbóreos isolados, deverá ser elaborado Projeto Técnico de Recomposição Florestal (PTRF), conforme Termo de Referência (TR) a ser enviado pela SMMA em etapa posterior no processo;
2. Caso tenha havido reconformação topográfica, através de cortes, da superfície natural do terreno em área igual ou maior que2.000,00 m², deverá ser elaborado Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD), conforme TR a ser enviado pela SMMA em etapa posterior no processo;
3. Caso tenha havido intervenção em Área de Preservação Permanente (APP) ou outro espaço ambientalmente protegido com área igual ou maior que2.000,00 m², deverá ser elaborado PTRF, conforme TR a ser enviado pela SMMA em etapa posterior no processo;
4. Caso tenha havido disposição de resíduos sólidos em local inadequado em área maior que1.500,00 m², deverá ser elaborado PTRF, conforme TR a ser enviado pela SMMA em etapa posterior no processo.

**OBS 1:** Caso o passivo/dano não se enquadre em nenhuma das hipóteses descritas nos itens acima, deverá ser apresentado Relatório de Recuperação Simplificado (RRS) ou Cadastro de Plantio de Indivíduos Arbóreos, conforme o caso. Na hipótese de se enquadrar concomitantemente em PRAD e PTRF poderá ser enviado o TR do estudo mais complexo, no caso o PRAD, conforme o caso;**OBS 2:** Poderão ser utilizados os dados e informações disponíveis no processo administrativo que gerou a motivação da abertura de processo administrativo de reparação do passivo/dano ambiental para fins de caracterização do passivo/dano e/ou solicitadas as informações complementares/adicionais ao responsável para realização do enquadramento técnico;**OBS 3:** O técnico responsável pela análise do requerimento poderá emitir o TR do estudo ambiental que melhor se compatibilize à situação fática do passivo/dano ocorrido na área, devendo as orientações acima serem aplicadas de forma preferencial;**OBS 4:** A regularização específica de edificações ou outras atividades/intervenções efetivadas em Áreas de Preservação Permanente (APP), caso assim seja legalmente permitido ao caso concreto, deverá se dar por meio de processo administrativo próprio de intervenção em APP corretiva, devendo ser protocolado o requerimento específico. |